



A TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE FEIRANTES DE FRANCISCO BELTRÃO- PR

Flávia Regina Miecoanski¹, Fernando Santos da Silva²

¹Doutora em Administração, Professora mediadora Unicesumar.

²Doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável, Unioeste.

RESUMO

As feiras livres são espaços que permitem aos agricultores familiares a comercialização dos produtos que a família produz na propriedade rural. A partir da teoria institucional, esta pesquisa teve como objetivo central compreender como se deu a trajetória institucional da associação de feirantes de Francisco Beltrão. De forma específica buscou-se i): Compreender como as associações se formaram; ii) Identificar as regras e restrições existentes; iii) Analisar se as regras e restrições existentes são cumpridas. De acordo com o objetivo proposto para este trabalho esta é uma pesquisa descritiva, de natureza qualitativa, cujo procedimento adotado é um estudo de campo. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas e análise documental. Os resultados indicaram que a associação foi criada devido a necessidade de organização e de buscar reivindicações junto a órgãos responsáveis. Foi identificada a existência de regras formais e restrições informais na associação que estão descritas no estatuto desta, no seu regimento interno e nas leis municipais, no entanto, nem sempre são seguidas por todos os membros da associação.

PALAVRAS CHAVE: Associação; Feira livre; Teoria institucional.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar representa 77% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil. Em extensão de área são 80,9 milhões de hectares, 23% do total de estabelecimentos agropecuários brasileiros. A agricultura familiar é responsável pela geração de 10 milhões de empregos no país, representando 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária (IBGE, 2017).

A agricultura familiar responde por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários. Estes agricultores, possuem significativa participação na produção dos alimentos para o mercado interno, sendo responsável por 48% da produção de banana e de café, e por 80% do valor de produção de mandioca, 69% de abacaxi e 42% da produção do feijão (IBGE, 2017).

Localizado na região Sudoeste do Paraná, o município de Francisco Beltrão destaca-se pela produção de sua agricultura familiar, apesar de possuir área territorial de 732,939 km², sua população estimada é de 91.093 habitantes. O município do Sudoeste possui grau de urbanização menor, seguindo a tendência de sua região. O município foi instalado na data 14 de dezembro de 1952 (IPARDES, 2019).

O funcionamento de feiras livres acontece em determinados dias da semana no município. Essas feiras são ambientes de oferta e comercialização de produtos diferenciados, produzidos de modo artesanal e em pequena escala. Mesmo possuindo diferenciais e atributos competitivos, o desenvolvimento e crescimento das feiras livres ainda é marcado muitas vezes pela ausência de conhecimento, recursos e informações por parte dos feirantes, que, por não disporem de condições para impulsionar suas vendas e atrair mais clientes, perdem espaço para canais de comercialização maiores (MOREL *et al*, 2015).

As instituições minimizam as incertezas e fornecem estrutura para a vida cotidiana, elas são um guia para a interação humana, limitam e definem o conjunto de decisões do



indivíduo. As instituições podem ser formais ou informais, das quais as restrições formais são regras que os seres humanos elaboram e as restrições informais são convenções e códigos comportamentais (NORTH, 1990).

Uma forma de minimizar as incertezas, criar regras e códigos de conduta é por meio do associativismo. As feiras livres dos municípios estudados são organizadas por meio de associações, desta maneira, esta pesquisa procura responder o seguinte problema: como se deu a trajetória institucional da associação de feirantes do município de Francisco Beltrão?

Diante do exposto, essa pesquisa tem como objetivo central compreender como se deu a trajetória institucional da associação de feirantes de Francisco Beltrão. De forma específica, busca-se i) compreender como se formou a associação; ii) identificar as regras e restrições existentes; iii) Analisar se as regras e restrições existentes são cumpridas. Para isso, foi realizada entrevista com dois membros da associação de feirantes de Francisco Beltrão e com a extensionista da Emater (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), que faz parte do comitê gestor da associação.

Este artigo encontra-se estruturado em seções: além desta introdução, têm-se na sequência, o referencial teórico com a abordagem institucional de Douglas North; as feiras livres e o associativismo; em seguida, é descrita a metodologia, os resultados e discussões e as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A abordagem institucional de Douglass North

A nova economia institucional é vista como uma reação da economia neoclássica a falta de empiria e, de uma conceituação de instituição na velha teoria institucional. Douglas North, um dos mais citados entre os novos institucionalistas, teve como objetivo ampliar o conjunto de questões consideradas pelas pesquisas neoclássicas, caminho este que também é seguido por Coase e Williamson (CAVALCANTE, 2014).

Por meio da proposição de custos de transação, Coase lançou a base para a nova economia institucional, para o autor, toda transação possui custo, como custos de coleta de informações, custos de negociação e estabelecimento de contratos. Seria então responsabilidade dos indivíduos minimizar estes custos ao tomar decisões para designar recursos (COASE, 1937; 1998).

A firma era vista como uma instância onde eram processadas transformações tecnológicas em determinados produtos ou serviços, eram ignorados os fatores organizacionais de relacionamento com clientes e fornecedores, de modo que a firma era caracterizada pela função de produção, onde as entradas são os insumos essenciais para produção e as saídas os produtos produzidos. Coase aspirava ir adiante, buscando entender o escopo, a abrangência e os limites de uma firma (FARINA *et al.* 1997).

Para Coase, a natureza da firma seria a de possuir mecanismos de alocação de recursos de forma mais vantajosa e menos custosa que o mercado, ou seja, a função de uma instituição é a de reduzir os custos de transação existentes (COASE, 1937). Williamson (1985) avançou os estudos de Coase e apresentou a teoria dos custos de transação, que se baseia nos seguintes pressupostos comportamentais: Comportamento Oportunista e Racionalidade limitada dos agentes econômicos.

O comportamento oportunista é uma ação intencional, quando os agentes econômicos buscam agir em benefício próprio nas transações aproveitando lacunas nos contratos em detrimento de seus parceiros (WILLIAMSON, 1975). “De forma geral, o oportunismo se refere a revelação incompleta ou distorcida da informação, especialmente aos esforços calculados de enganar, distorcer, disfarçar, ofuscar, ou de outra forma



confundir.” (WILLIANSON, p. 47, 1985). O autor ressalta ainda que, não fosse pelo oportunismo, todo comportamento seria governado por regras.

No que se refere a racionalidade limitada, o autor defende que é uma incapacidade do ser humano de analisar todos os aspectos existentes em uma transação. E destaca ainda que existem três tipos de racionalidade: forte, semiforte ou limitada e fraca. A racionalidade forte é abordada pela teoria econômica neoclássica, a qual pressupõe que todos os custos relevantes nas transações são conhecidos. Neste caso, o papel da instituição é suprimido de forma que as firmas são vistas somente como funções de produção e os consumidores são funções de utilidade, a alocação da atividade entre modos alternativos de organização é tida como dada.

O pressuposto comportamental da racionalidade limitada não presume que os indivíduos são irracionais, mas propõe que estes apresentam limitações computacionais e informações incompletas para tomar decisões. Então, ao fazer escolhas necessitam do apoio de regras existentes, isto é, o processo de decisão de indivíduos assegura-se em instituições. Para Williamson, os indivíduos necessitam das instituições para restringir o comportamento oportunista e dar suporte as suas decisões (CAVALVANTE, 2014).

North adota também ideias de racionalidade limitada e custos de transação, mas em uma abordagem mais voltada a temática do desenvolvimento econômico, a definição de instituição mais aceita e utilizada é a de North, que compreende as instituições como as regras do jogo (CAVALCANTE, 2014).

Para North (1991, p. 97), as “Instituições são as restrições humanamente concebidas que estruturam a interação política, econômica e social. Elas consistem em restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) e regras formais (constituições, leis, direitos de propriedade).”

As instituições são uma criação dos seres humanos, elas evoluem por meio da ação humana e concomitantemente, as instituições impoem restrições sobre as escolhas (NORTH, 1990).

As instituições não se limitam apenas ao propósito de restringir as interações humanas, mas é preciso assumir que elas desempenham essa função e ainda propoem condições para tais interações. No entanto, não há somente instituições que sirvam para impor restrições às ações humanas, existem instituições que tem o objetivo de ditar restrições a outras instituições (FARINA *et al.* 1997).

North (1991) ressalta que é necessário restringir a interação humana por meio das instituições, em um contexto teórico de jogo, os indivíduos acreditam que vale a pena cooperar com outros jogadores quando eles possuem informações completas a respeito da performance do outro jogador ou quando há poucos jogadores, porém, se não houverem informações e quando há grande numero de jogadores, a cooperação torna-se difícil de ser sustentada.

As instituições possuem regras formais e restrições informais de comportamento, são criadas pelos indivíduos como contenção a sua própria ação, o que lhes permite interagir com outros indivíduos. Dessa forma, as pessoas respeitam as regras e restrições existentes porque, caso contrário, sofrerão sanções devido a infração (NORTH, 1981).

Neste cenário, o indivíduo oportunista pode ter sua ação autointeressada reprimida por sanções atribuídas pela sociedade e pelo Estado por meio de leis, já que este, é uma organização que possui como vantagem a violência. É possível que alguns indivíduos não ajam de maneira oportunista mesmo sabendo que não serão punidos, isso deve-se a modelos mentais construídos a respeito da realidade. As regras do jogo são internalizadas pelos indivíduos, eles as respeitam não por receio da punição, mas porque acreditam que é adequado respeitá-las (NORTH, 1981).

As restrições institucionais envolvem tanto o que é permitido aos indivíduos de fazer e sob quais condições, quanto o que os indivíduos são proibidos de fazer. Como já definido,



é a estrutura onde a interação humana acontece. Existem regras formais escritas, bem como códigos de conduta não escritos que fundamentam e complementam as regras formais. Quando as regras ou códigos informais são violados a punição é decretada. Uma parte importante do funcionamento das instituições é o custo para averiguar e aplicar punições (NORTH, 1990).

North (1990) faz analogia ao esporte ao tratar de regras e restrições, a eficácia ao tipo e aplicação das regras moldam o caráter do jogo, algumas equipes podem ser bem sucedidas ao violar as regras, esta estratégia depende da eficácia e da severidade da punição. No entanto, é possível que os códigos de conduta de bom espírito esportivo venham a restringir os jogadores.

O objetivo das regras existentes é determinar a maneira em que o jogo é jogado, mas a equipe tem como objetivo vencer o jogo por meio de uma combinação de estratégias, habilidades e coordenação, por meios justos e, algumas vezes, não justos (NORTH, 1990).

2.2 Feiras livres e associativismo

A feira livre é configurada por ter produtos, vendedores e consumidores no mesmo espaço e também por ser um mercado livre. No entanto, é regida por regras explícitas e implícitas onde os consumidores e vendedores se orientam. Por propiciar o comércio de produtos locais, permite a integração entre famílias do município na troca e consumo, além disso, permite que haja uma movimentação econômica local antes que os recursos sejam atraídos para centros econômicos mais pujantes (SILVESTRE, 2011).

O município de Francisco Beltrão possui regras formais que determinam as posturas a serem seguidas pelos feirantes. Como a lei municipal nº 4.678/18, seção III que dispõe do código de posturas do município, artigo 226: São obrigações comuns a todos os que exercem atividades nas feiras livres:

- I - ocupar o local e área delimitada para seu comércio;
- II - manter a higiene do seu local de comércio e colaborar para a limpeza da feira e suas imediações;
- III - somente colocar à venda gêneros em perfeitas condições para consumo;
- IV - observar na utilização das balanças e na aferição de pesos e medidas, o que determinam as normas competentes;
- V - observar rigorosamente o horário de início e término da feira livre;
- VI - respeitar as regulamentações de funcionamento e padronização das barracas estabelecidas pelo Município;
- VII - usarem recipientes apropriados para colocação do lixo segregado em materiais recicláveis, orgânicos e não recicláveis.

Ainda no plano diretor do município, é possível observar diretrizes para a feira livre. A lei nº 4594/18 do Plano Diretor Municipal de Francisco Beltrão, considera no artigo 86 as feiras livres como ações estratégicas relativas aos programas de abastecimento.

§ 3º São ações estratégicas relativas ao Abastecimento:
[...]



II - instituir funcionamento de feiras livres em horários alternativos.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO, alerta para os danos causados a saúde por uma alimentação baseada em alimentos processados e ultra processados. E incentiva ainda um movimento chamado *Slow Food*, que valoriza a produção local, da agricultura familiar e agroecológica, das cadeias curtas e de uma produção sustentável de alimentos (LIMA e FONTANA, 2019).

As famílias domiciliadas nos espaços rurais que combinam atividades agrícolas e não agrícolas, dentro ou fora de sua propriedade, são denominadas famílias pluriativas. A pluriatividade passa a ser identificada pelos especialistas e formuladores de políticas como integrantes de estratégia de desenvolvimento rural, que tem o intuito de fortalecer a economia e a reprodução social dos agricultores (SCHNEIDER, 2005; 2006).

Dessa forma, significa para muitos agricultores descapitalizados e não integrados a cadeias agroindustriais, que a pluriatividade é uma alternativa de reprodução social, oferecendo oportunidade de permanecer na terra exercendo atividade agrícola (NASCIMENTO, 2005).

Conforme Martinez e Pires (2002), uma reestruturação da economia rural por meio de nova organização do espaço, na qual os diversos atores sociais estabelecem parcerias em prol de objetivos comuns, está respaldada no conceito de novas ruralidades. Esse conceito entende que a agricultura não constitui a principal fonte de renda e de ocupação dos contextos rurais, portanto, atividades como turismo, lazer, artesanato, serviços, passam a ser importantes para essa reestruturação da economia rural, destacando o conceito de pluriatividade.

A forma jurídica de se legalizar a união de pessoas em prol de um objetivo é a associação, na associação, os direitos e deveres de seus membros ficam legalmente respaldados, e trata-se de uma sociedade civil sem fins lucrativos que trabalha de forma democrática para defesa dos interesses de seus membros (BRASIL, 2012).

O Associativismo contempla diferentes tipos de organização coletiva, como o cooperativismo, as organizações não governamentais, o sindicalismo, entre outras. No Brasil, o associativismo entre produtores rurais se acentuou na década de 1980 devida a crise que fragilizou o funcionamento do modelo cooperativista em que os produtores rurais poderiam participar, isso fez com que os agricultores buscassem outras formas de organização coletiva. Ao final dos anos 1980, estímulos governamentais incentivaram a formação de associações por meio de políticas públicas e por uma rede institucional (FAGOTTI, 2017).

As associações permitem aos pequenos agricultores, que geralmente apresentam as mesmas dificuldades, um mecanismo que lhes auxilia a ter melhor desempenho para competir no mercado. A participação grupal se mostra como alavanca, que acrescenta a capacidade produtiva e comercial aos associados. A troca de experiências e a utilização de uma estrutura comum lhes permite explorar o potencial de cada um e conseguir maior retorno financeiro (BRASIL, 2012).

Unidos em associações, os pequenos produtores têm a possibilidade de adquirir equipamentos e insumos com melhores preços e prazos de pagamento, assim como, fazer a utilização coletiva de caminhões de transporte, tratores, colheitadeiras, dentre outros. Estes recursos quando divididos entre vários associados, tornam-se mais acessíveis e os produtores possuem maiores benefícios (BRASIL, 2012). Conforme Memic, Aguiar e Livramento (2015), no ano de 1980, o cooperativismo e associativismo foram apoiados pela legislação no artigo 174, § 2 da Constituição Federal Brasileira.



3 METODOLOGIA

De acordo com o objetivo proposto para este trabalho, esta é uma pesquisa descritiva, de natureza qualitativa, cujo procedimento adotado é um estudo de campo. A pesquisa é abordada de maneira qualitativa por buscar informações em profundidade. O caráter descritivo da pesquisa dá-se pois procura-se descrever os resultados obtidos.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com questões norteadoras, com análise documental realizada no estatuto e regimento interno da associação de feirantes e também nas leis municipais. Utilizou-se da técnica de observação já que as entrevistas foram realizadas nas feiras livres durante o expediente dos feirantes, buscou-se observar a rotina dos mesmos, de forma que fosse estudado as feiras no seu ambiente natural.

Para garantir que as características da amostra correspondam aos objetivos do estudo, foi aplicada uma técnica de amostragem intencional para incluir apenas pessoas que fazem parte da associação de feirantes e com as instituições fomentadoras da feira no município. No caso de Francisco Beltrão, as instituições que dão fomento a feira são: a prefeitura municipal, por meio da secretaria de agricultura e a Emater- Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Foram entrevistados dois feirantes de Francisco Beltrão, sendo um deles o feirante mais antigo e o outro o presidente da associação da feira. O primeiro encontro com os feirantes foi na feira de sábado, no dia 18 de janeiro de 2020, neste primeiro contato foi esclarecido aos participantes o objetivo do estudo e realizada a observação do funcionamento da feira. A eles ficou claro que a participação era espontânea, poderiam interromper a entrevista a qualquer momento e não estavam obrigados a responder nenhuma questão, por qualquer razão que seja e sem precisar dar explicações.

As entrevistas aconteceram na feira no dia 22 de janeiro de 2020 e foram interrompidas por diversas vezes para que eles atendessem os clientes. Enquanto os clientes examinavam e escolhiam os produtos, foi realizada a observação do atendimento e também da rotina da feira.

Também foi realizada entrevista com a extensionista da Emater de Francisco Beltrão, órgão que faz parte do comitê gestor da feira do município juntamente com a prefeitura municipal. A entrevista ocorreu no dia 23 de janeiro de 2020, na Emater. A secretária da agricultura forneceu a cópia do estatuto da feira. Para análise dos dados foi utilizado a técnica de análise de conteúdo das entrevistas e documentos bem como do roteiro de observação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para esta pesquisa foram entrevistados dois membros da associação de feirantes de Francisco Beltrão e a extensionista da Emater do município. A Emater faz parte do comitê gestor da feira, participa do processo de formação dos feirantes e de reuniões que tratam de assuntos gerais, também apoia a feira nos assuntos referentes a área técnica e ao funcionamento da associação.

Em Francisco Beltrão, a feira livre acontece nas quartas-feiras, das 6 horas da manhã até às 18 horas e, nos sábados, das 6 horas da manhã ao meio dia, em um espaço coberto no Calçadão Central - trecho entre a Avenida Júlio Assis Cavalheiro e Antônio de Paiva Cantelmo. Essas informações estão no estatuto da associação de feirantes, a AFEBEL - Associação dos Feirantes de Francisco Beltrão. No entanto, observou-se durante a pesquisa que o horário de término da feira não é cumprido com exatidão, após as 18 horas nas quartas-feiras e as 12 horas no sábado. Muitos feirantes permanecem no local comercializando seus produtos, principalmente aqueles que vendem lanches.



O primeiro entrevistado desta pesquisa foi Adair Reolon, o feirante mais antigo que está atuando na feira de Francisco Beltrão e que já foi por diversas oportunidades presidente da associação. Atualmente, Adair e sua esposa possuem uma agroindústria de derivados de carne suína, em sua propriedade também cultivam lavoura de soja e trabalham com avicultura. Sua propriedade está localizada na comunidade de Volta Grande do Marrecas em Francisco Beltrão.

Ele relatou que na década de 1970, a Emater esteve nas comunidades da zona rural realizando reuniões com os produtores rurais, convidando os que tivessem interesse em participar da feira livre do município. Então, sua família que plantava verduras na época começou a participar da feira no centro da cidade. Como sua propriedade é longe do centro onde a feira está localizada, vender verduras era muito complicado, então optaram por mudar de atividade, começaram a criar frangos para vender na feira, o que não deu muito certo. Desde então, optaram então por comercializar a carne suína.

No início, a família criava e abatia os suínos, no entanto, como não eram muitos, não tinham muitos produtos para vender. Aos poucos foram melhorando o processo e, como a prefeitura não permitiu mais a venda de carne *in natura* na feira a partir de 1989, eles passaram a vender somente embutidos derivados de suínos e também a comprar a carne de um frigorífico.

O segundo entrevistado é o atual presidente da associação de feirantes, o sr. Élio Osowski. Ele cultiva hortaliças juntamente com sua esposa e sua família, trabalham na feira desde que ela teve início. Seus avós e sua mãe já vendiam verduras na rua e nas casas, depois foram convidados pela Emater a participar da feira. Sua propriedade está localizada na comunidade de Rio Quibebe em Francisco Beltrão.

De acordo com a extensionista da Emater, a feira surgiu na década de 1970 e a Emater esteve presente na organização da mesma, juntamente com a prefeitura, mas o surgimento da associação deu-se somente depois.

Os entrevistados relataram que a princípio, a feira teve início sem haver uma associação, funcionando dessa forma por quinze anos. Então, percebeu-se a necessidade da criação de uma associação para que houvesse maior organização e que os feirantes pudessem reivindicar melhorias junto aos órgãos competentes.

O associativismo é uma forma de organização que permite aos produtores competir e ter melhor desempenho no mercado (BRASIL, 2012). Para North (1990), o principal papel das instituições em uma sociedade é reduzir a incerteza, estabelecendo uma estrutura estável (mas não necessariamente eficiente) para a interação humana.

De acordo com os entrevistados, antes da existência da associação era uma “bagunça”, cada um vendia o que queria na feira, o único código de conduta existente era o de não utilizar o local do outro feirante. Cada um possuía um local determinado para montagem de sua barraca, isso deu-se por ordem de chegada, os mais antigos escolheram os lugares e os demais foram colocando as barracas ao lado e assim aumentando a feira.

Com a formalização da associação em 06 de abril de 1990, foram estabelecidos um estatuto e um regimento interno para a feira. De acordo com os entrevistados, todas as regras do estatuto são importantes, onde a regra principal presente no estatuto é a de vender somente aquilo que lhe é permitido em assembleia. Existem no máximo dois feirantes vendendo o mesmo tipo de produto, para que todos possam concorrer. Caso um feirante leve um produto diferente para ser comercializado, sem ter sido previamente autorizado pela associação, sofrerá retaliações dos demais e será advertido em reunião.

Para North (1981), as instituições possuem regras formais e restrições informais de comportamento, que são criadas pelos próprios indivíduos com o objetivo de moderar suas ações. Os indivíduos as respeitam porque caso contrário sofrerão sanções referentes às infrações.



Em 2016, foi inaugurado um espaço coberto para a feira, este espaço foi uma reivindicação da associação junto a prefeitura. O espaço e a verba para a obra foram designados pelo governo federal, porém, houveram alguns conflitos com comerciantes que não queriam a construção deste espaço e a obra atrasou por muito tempo. Mas hoje é motivo de orgulho para os feirantes, que de acordo com o sr. Élio: *“nesse espaço coberto pode chover ou ter sol, fica um espaço para trabalhar”*. O sr. Adair relata que *“antes as pessoas não vinham na feira quando chovia, hoje elas vêm aqui embaixo se esconder da chuva e já comprar alguma coisa”*.

Neste barracão, cada um tem seu espaço delimitado, mas, trata-se de uma restrição informal, pois, não consta no estatuto. Cada feirante possui uma estrutura padronizada de inox de 3 metros por 3,5 metros, chamada de “banca”. Foi decidido em assembleia e cada um comprou a sua banca, quando um feirante sai da associação, a banca é comprada pela associação e quando o próximo feirante entrar na associação terá de pagar a banca. O caixa da associação é formado por meio uma mensalidade obrigatória para os sócios, o valor é revertido para melhorias na feira e também para as confraternizações dos feirantes.

A montagem das bancas e horários estão estabelecidos na lei municipal nº 1586/89. Esta regra é seguida pela associação que, contrata uma empresa para fazer a montagem e a desmontagem em horário determinado, bem como a armazenagem das bancas.

De acordo com os entrevistados, a regra principal estabelecida pela prefeitura é que o feirante precisa ser produtor daquilo que está comercializando, não pode ser um revendedor. A higiene é muito cobrada, bem como as boas práticas na manipulação de alimentos. Eles enxergam essas regras de forma positiva, pois é para melhorar os produtos.

De acordo com a extensionista da Emater, houve forte trabalho da Emater na linha de produção limpa, com cursos ministrados por colegas de Cascavel- PR. Mas de acordo com ela, infelizmente poucos feirantes participaram. Atualmente, é feito acompanhamento de algumas propriedades conforme a demanda. No passado já houve trabalho bem forte com acompanhamento permanente, alguns respondem positivamente, outros, não aceitam muito bem a assistência da Emater.

Para North (1994), a fonte de mudanças de longo prazo mais importante é a aprendizagem por indivíduos e organizações, assim, as mudanças acontecem porque os indivíduos entendem que poderiam fazer melhor.

Tanto no estatuto da feira (Artigo 6º capítulo VI), quanto na lei municipal (capítulo IV inciso XV), consta que os feirantes precisam estar devidamente uniformizados, com avental e boné com a identificação da feira. No entanto, os entrevistados relatam que muitos não cumprem as regras previstas tornando necessário o comitê gestor em todas as reuniões cobrar o cumprimento da regra. Foi possível observar na pesquisa que a maioria dos feirantes estava com uma camiseta da feira e boné, alguns portavam jaleco ou avental e poucos não estavam uniformizados.

De acordo com a Emater, tem feirantes que entendem a proposta do coletivo, tem outros que não evoluem nesse quesito, com dificuldades de cumprir as normas como utilização de uniformes, horário, qualidade de produtos, dentre outros. São assuntos que precisam ser tratados em todas as reuniões e que o problema são sempre as mesmas pessoas.

Os entrevistados relataram que algumas regras impostas pela prefeitura prejudicaram a feira em anos anteriores. Quando há as festas de fim de ano, o espaço coberto da feira é utilizado todas as noites para espetáculos de natal, o que prejudica a montagem das bancas e deixa o espaço dos feirantes reduzido.

O sr. Adair conta ainda que quando há Expobel, exposição agropecuária de Francisco Beltrão, eles não conseguem expor na feira, pois o valor solicitado pela prefeitura para alugar um espaço é muito alto, então somente expositores de fora do município conseguem participar.



Cada feirante determina o preço de seu produto, o senhor Élio relata que “se o produto é bom e o preço é bom, vai vender. Nós não podemos combinar preço, o consumidor irá pesquisar o preço e vai escolher o melhor para ele”. Durante a pesquisa, foi possível observar muitos consumidores pesquisando os preços nas barracas.

Para a Emater, ainda é necessária uma consciência quanto aos preços, pois os consumidores têm manifestado a insatisfação com relação a esse tema. Esse assunto é tratado nas reuniões, mas o grupo tem autonomia nessa decisão e pratica preços abusivos para alguns produtos e os clientes podem interferir deixando de comprar.

Os feirantes acreditam que a feira possui um impacto positivo para o município, pois gera renda para as famílias, empregos diretos nas propriedades e indiretos já que os feirantes vão gastar seus rendimentos no comércio local.

Para a Emater, a feira tem impacto importante e significativo, pois a comercialização direta beneficia o produtor e os consumidores, agrega valor nos produtos e o recebimento é a vista. As famílias dessa feira do centro possuem renda considerada alta, a feira gera boa renda e empoderamento dos feirantes enquanto atores do processo.

Os interessados em participar da feira precisam cadastrar-se na prefeitura, existe uma lista de espera. Quando surge uma vaga a associação decide em assembleia qual dos produtores pode fazer parte da feira, levando em conta qual produto ele irá comercializar. A vigilância sanitária visitará o produtor para averiguar se este possui higiene nos processos de produção e para certificar-se que ele é realmente quem produz o produto a ser comercializado. De acordo com a Emater, os membros da associação possuem autonomia e normas para controlar a entrada de novos feirantes, nisso são bem organizados.

Consta na lei municipal de criação da feira que é preciso indicar de forma visível os preços das mercadorias expostas a venda. Observou-se na pesquisa a falta de placas indicando os preços dos produtos e de *banners* internos (dentro das bancas), o presidente da associação disse que não é colocado porque os feirantes esquecem os *banners* em casa.

No entanto, está previsto no regimento interno como uma exigência mínima para fazer parte da comercialização na feira, assim como, a utilização do uniforme, da rotulagem dos produtos (os que são possíveis) e a definição de um espaço comum entre as barracas para os consumidores transitarem.

O presidente disse que para evitar esse problema a associação irá custear a impressão de adesivos com os preços dos produtos no próprio inox da banca, assim não terão mais como esquecer. North (1990), ressalta que as instituições mudam de forma incremental e não descontínua, isso é resultado do incremento das restrições informais nas sociedades. Embora as regras formais possam mudar repentinamente, resultante de decisões políticas ou judiciais, restrições informais incorporadas nos costumes, tradições e códigos de conduta são muito mais impermeáveis a políticas deliberadas.

Para os feirantes entrevistados, o que os mantém na feira é o cumprimento das regras, principalmente higiene, boas práticas e bom atendimento ao público. De acordo com a Emater, cada feirante tem um comportamento diferente em relação as regras, então a contrapartida da feira ao apoio recebido não pode ser analisada de forma coletiva.

Durante a visita na feira foi possível verificar que os feirantes não oferecem os produtos aos consumidores em voz alta, somente os atendem quando eles vão até sua banca. Esta é uma regra do município lei Nº 1586/89 capítulo IV, inciso XVI- “não apregoar as mercadorias com algazarra ou usar dizeres ofensivos ao decoro público.”

Mesmo sendo estáveis, as instituições estão mudando, as convenções, normas de comportamento, leis estatutárias, códigos de conduta, contratos entre indivíduos, estão continuamente sofrendo alterações, mesmo que de forma lenta. Essas alterações serão rápidas quando forem consequência da mudança de regras formais com efetividade de aplicação (NORTH, 1990).



Foi possível compreender durante a pesquisa que a formação da associação se deu por uma necessidade de organização dos feirantes. Com a elaboração de estatuto e regimento interno e com as leis municipais, tem-se regras formais que precisam ser cumpridas.

Os entrevistados deixaram claro durante a entrevista que há dificuldades por alguns associados de cumprir as regras e é preciso estar lembrando da necessidade do cumprimento em todas as reuniões, essa também foi uma preocupação da extensionista da Emater. As regras que não são cumpridas por todos são: a utilização do uniforme e a higiene. No entanto, este último quesito não foi observado na feira, todos os produtos e bancas estavam aparentemente limpos.

Observa-se também um oportunismo dos feirantes que não cumprem a regra de vender somente os produtos que lhe são permitidos, eles levam produtos que não fazem parte de sua categoria. Ainda a definição de preços é feita com base no que é praticado nos supermercados, ou seja, não há um cálculo exato dos custos de transação e produção dos produtos.

No que consta na lei de Nº 1586/89 para o que é regra atualmente, foram observadas mudanças incrementais ao longo dos anos, uma delas é a proibição de venda de carne *in natura*, mudança dos locais da feira, nos dias da semana e horários para funcionamento da feira. Como ressalta North (1994), a mudança é um processo contínuo e incremental, é uma consequência das escolhas de atores individuais e empresários de que tomam decisões todos os dias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo geral compreender como se deu a trajetória institucional da associação de feirantes de Francisco Beltrão. A associação se formou por meio de uma necessidade de haver mais organização na feira e para que o grupo pudesse reivindicar melhorias junto ao governo e outros órgãos. Por meio das instituições diminuí-se as incertezas nas transações, no entanto, estas mesmas, oferecem regras e restrições que são criadas pelos indivíduos para estruturar as interações políticas, econômicas e sociais.

Foi identificado que a associação estudada possui regras formais e restrições informais, os entrevistados apresentaram dificuldades ao falar sobre as restrições informais e relataram que o importante é seguir as regras formais que constam no estatuto e no regimento interno.

Por meio de relatos dos entrevistados, da análise do estatuto do regimento e da lei municipal, foi possível analisar que algumas regras e restrições são cumpridas e que não é possível afirmar que todo o coletivo não utiliza uniformes ou não tem boas práticas e higiene com os produtos, pois são somente alguns membros que não cumprem essas regras.

Foi observado que há uma regra cumprida por todos, trata-se do horário para o início da feira. Todos chegam antes do horário estipulado e organizam seus produtos na banca e começam a vender na hora determinada. O contrário ocorre ao término da feira, não há o cumprimento da regra de horário, alguns feirantes permanecem mais de uma hora no local comercializando seus produtos.

Sugere-se para pesquisas futuras analisar o custo de transação dos produtos dos feirantes. Mesmo sendo uma venda direta ao consumidor, muitos consumidores barganham descontos e os produtores não calculam os custos necessários para a sua produção. Outra sugestão é observar as restrições informais, os entrevistados apresentaram muita dificuldade ao apontar estas restrições.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Associativismo. 2 ed.** Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, 2012.

CAVALCANTE, Carolina Miranda. A economia institucional e as três Dimensões das instituições. **Revista de Economia Contemporânea** (2014) 18(3): p. 373-392.

COASE, R. **The nature of the firm.** *Economica*, p. 386-495, nov. 1937.

COASE, R. **The new institutional economics.** *The American Economic Review*, v. 88, n. 2, p.72-74, mai. 1998.

FAGOTTI, L. N. Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão.** v.9, n.1, jan./dez. 2017.

FRANCISCO BELTRÃO. (Município). Feira do produtor do município de Francisco Beltrão lei Nº 1586, de 03 de novembro de 1989.

FRANCISCO BELTRÃO. (Município). Plano diretor lei nº 4594, de 28 de agosto de 2018.
FRANCISCO BELTRÃO. (Município). Código de posturas do município nº 4.618, de 29 de novembro de 2018.

FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido.; AZEVEDO, Paulo Furquim de.; SAES, Maria Sylvia Macchion. **Competitividade: mercado, estado e organizações.** São Paulo, Singular: 1997.

IPARDES. Instituto paranaense de desenvolvimento econômica e Social. **Caderno estatístico município de Francisco Beltrão.** Curitiba, 2020. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85600&btOk=ok>>. Acesso em: 20 de jan. 2020.

LIMA, R. S.; Fontana, A. P. C. *As feiras da agricultura familiar como território de práticas alimentares e sociabilidades.* *Revista de Desenvolvimento Regional.* Santa Cruz do Sul, 2019.

MUMIC, B., AGUIAR, K. A. P., LIVRAMENTO, D. E. A importância do associativismo na organização de produtores rurais. **Revista de Iniciação Científica da Libertas.** v. 5, n.1, dez. 2015.

NORTH, D. **Structure and change in economic history.** New York: Norton, 1981.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, D. C. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives,** Pittsburgh, v. 5, n. 1, p. 97-112, Winter 1991.



NORTH, D. C. Economic performance through time. **The American Economic Review**, Pittsburgh, v. 84, n. 3, p. 359-368, Jun. 1994.

MOREL, A. P S. REZENDE, L. T; SOUZA SETTE, R. Negócio feira livre: análise e discussão sob a perspectiva do feirante. **Revista Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.22, n.4, out./dez. 2015.

SILVESTRE, L.; RIBEIRO, A.; FREITAS, C. Subsídios para a construção de um programa público de apoio à feira livre no vale do São Francisco, MG. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 13, n. 2, 20 set. 2011.

WILLIAMSON, O. **The economic institution of capitalism. Firms, markets, relational contracting**. London: The Free Press, 1985, p. 15-42.